

LEI Nº 261 DE 10 DE AGOSTO DE 1968

A CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BANANEIRAS, APROVOU E EU
SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Autoriza o Sr. Prefeito a fazer empres-
timos e dá outras providências"

Art. 1º- Fica o Prefeito Municipal autorizado a celebrar con-
trato com o BANCO DO ESTADO DA PARAIBA S/A, para ob-
tenção de empréstimo até o limite de cinco mil cru-
zeiros novos (R\$5.000,00), à conta de recursos o-
riundos do Convênio firmado entre o aludido Banco e
o Departamento de Assistência Técnica aos Municípi-
os (DATM) em data de 04.07.1968, destinados ao Fi-
nanciamento para execução de obras de desenvolvimen-
to municipal.

Art. 2º- O empréstimo de que trata esta Lei destinar-se-á a/
construção de drenos em terrenos alagadiços na Cida-
de de Bananeiras, cujas obras serão executadas pela
Prefeitura, sob orientação técnica e fiscalização -
do DATM, que fornecerá as plantas, especificações,/
orçamentos e cronogramas de desembolso respectivos.

Art. 3º -O empréstimo a ser contratado será amortizado em 60
meses, inclusive 12 meses de carência.

Art. 4º -O Prefeito Municipal fica autorizado a outorgar, no
ato da contratação do empréstimo, procuração ao BAN-
CO DO ESTADO DA PARAIBA S/A, com poderes especiais,
irrevogáveis e irretratáveis, para receber as quo-
tas do Imposto de Circulação de Mercadorias (ICM) a/
que tiver direito este Município e que lhe forem -/
distribuídas ou creditadas através do mesmo BANCO -
estadual ou de qualquer outra instituição, bem como
as quotas a que fizer jus do Fundo de Participação/
dos Municípios instituídos pelo art. 26 da Consti-
tuição Federal ou qualquer recurso, orçamentários /
ou extra orçamentários, necessários à amortização e/
liquidação dos compromissos assumidos em razão des-
ta Lei, que lhe sejam igualmente distribuídos ou -/
creditados através de qualquer instituição financei-
ra ou órgão público.

PARÁGRAFO ÚNICO: O Prefeito autorizará o mesmo Banco a conta-
bilizar a débito da conta do município em que forem credita-
dos as quotas ou recursos referidos nesta Lei, as importan-
cias correspondentes à liquidação de parcelas do empréstimo/
a ser tomado.

Art. 5º -Os Orçamentos anuais consignarão, necessariamente,/
dotações suficientes para a mortização e liquidação
das obrigações resultantes desta Lei.

Art. 6º -Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação
revogadas as disposições em contrário.

P. M. de Bananeiras, 10 de Agosto de 1968

MOZART BEZERRA CAVALCANTI
(Prefeito)

ELOI FARIAS - Secretário.